

A Compreensão de Acadêmicas de Terapia Ocupacional Acerca da Cultura do Estupro e suas Implicações em Ocupações de Mulheres

La Comprensión de los Estudiantes de Terapia Ocupacional sobre la Cultura de la Violación y sus Implicaciones para las Ocupaciones de las Mujeres

The Comprehension of Occupational Therapy Students about Rape Culture and its Implications for Women's Occupations

Monise Isabelly Sousa Soares

Ingrid Bergma da Silva Oliveira

Débora Ribeiro da Silva Campos Folha

Andréa Bentes Flores

Resumo: Este artigo objetiva descrever a compreensão de jovens universitárias de um Curso de Graduação em Terapia Ocupacional sobre a cultura do estupro e suas implicações sobre as ocupações de mulheres. Trata-se de uma investigação qualitativa, do tipo cartográfica. Participaram desta pesquisa 8 acadêmicas de Terapia Ocupacional. A coleta de dados se deu de modo *online* via *Google Forms*, com o intuito de realizar o primeiro contato com as participantes e, posteriormente, presencial, através de um grupo focal com 3 encontros. Os achados da pesquisa nos permitem compreender mais sobre a culpabilização das vítimas de estupro, além de destacar as repercussões sentidas no/pelo corpo feminino pelo nível de alerta e tensão, e a confirmação de que a cultura do estupro afeta o desempenho e engajamento de mulheres em suas ocupações.

Palavras Chave: Ocupação. Terapia Ocupacional. Violência contra a Mulher.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo describir la comprensión de jóvenes universitarios de un Curso de Graduación en Terapia Ocupacional sobre la cultura de la violación y sus especificaciones sobre las ocupaciones de las mujeres. Es una investigación cualitativa, de tipo cartográfica. Ocho estudiantes de Terapia Ocupacional participaron de esta investigación. La recogida de datos se realizó online a través de *Google Forms* para realizar el primer contacto con los participantes y posteriormente presencialmente a través de un grupo focal con 3 encuentros. Los hallazgos de la investigación nos permiten comprender más sobre la culpabilización de las víctimas de violación, además de resaltar las repercusiones sentidas en/por el cuerpo femenino por el nivel de alerta y tensión, y la confirmación de que la cultura de la violación afectó el desempeño y el compromiso de las mujeres. en sus ocupaciones.

Palabras Claves: Ocupación. Terapia Ocupacional. Violencia contra las Mujeres.

Abstract: This article aims to describe the understanding of young university students from a Occupational Therapy's graduation about rape culture and its specifications about women's occupations. It is a qualitative research, of the cartographic type. Eight students of Occupational Therapy participated in this research. Data collection took place online via *Google Forms* in order to make the first contact with the participants and later face-to-face through a focus group with 3 meetings. The research findings allow us to understand more about the blaming of rape victims, in addition to highlighting the repercussions felt in/by the woman's body by the level of alertness and tension, and the confirmation that the rape culture affected the performance and engagement of women in their occupations.

Keywords: Occupation. Occupational Therapy. Violence Against Women.

Monise Isabelly Sousa Soares – Terapeuta Ocupacional formada pela Universidade do Estado do Pará e pós-graduada do Programa de Mestrado Profissional em Terapia Ocupacional e Processos de Inclusão Social (USP). E-mail: monisesoares.to@gmail.com

Ingrid Bergma da Silva Oliveira – Docente do curso de Terapia Ocupacional da Universidade do Estado do Pará, Doutora em Psicologia Clínica (PUC) e Mestre em Psicologia Clínica e Social (UFPA). E-mail: ingrid.oliveira@uepa.br

Débora Ribeiro da Silva Campos Folha – Docente do curso de Terapia Ocupacional da Universidade do Estado do Pará, Doutora em Terapia Ocupacional (UFSCar) e Mestre em Educação (UFPA). E-mail: debora.folha@uepa.br

Andréa Bentes Flores – Docente da Escola de Teatro e Dança da Universidade Federal do Pará, Doutora em Artes (UFMG) e Mestre em Artes pelo Instituto de Ciências da Arte (UFPA). E-mail: andreafloresteatro@gmail.com

INTRODUÇÃO

Falar sobre a compreensão de como a cultura do estupro pode afetar as ocupações de mulheres é trazer à luz os principais alicerces desta temática. Angelin e Martins (2018) relatam que somos seres ocupacionais e vivemos, historicamente, em meio a uma sociedade que estipula hierarquizações que geram diversas desigualdades, inclusive em relação às mulheres, na qual se destaca a violência de gênero. Segundo Farias *et al.* (2022), violações e/ou ações violentas presentes nas relações interpessoais do cotidiano de mulheres caracterizam essa violência.

Dentre tais violações, colocamos em evidência nesta narrativa o abuso sexual que é visto como uma das manifestações de violência de gênero mais persistentes na atualidade, além de perpassar por vários cenários históricos atingindo mulheres, adolescentes e crianças em diversos espaços sociais, produzindo vulnerabilidades, inseguranças e possibilitando a perpetuação de uma cultura violenta e patriarcal (BRASIL, 2012).

Faz-se necessário olhar para a ideia em torno de cultura, na vasta literatura acerca dessa temática, onde, através do viés da Antropologia, o termo carrega diferentes formas de conceituação devido a uma constante atualização. Eagleton (2011) aborda a complexidade do termo trazendo ao debate as diversas formas de conceituá-lo, colocando como pauta também que o termo ainda carrega, além de significados, registros de transições históricas, questões filosóficas e processos de mudança e desconstrução.

A exemplo da definição antropológica do termo “cultura”, do autor Tylor (1920), no primeiro capítulo de seu livro *Primitive Culture* [Cultura Primitiva], onde a define como um conjunto de fenômenos relatados de acordo com leis definidas que incluem: conhecimento, crenças, arte, moral, leis, costumes e quaisquer capacidades e hábitos adquiridos pelo ser humano como parte de uma sociedade. Todavia, Kuper (2002) cita que conceituá-la nessa perspectiva a limita a um processo de descrição, mas não de análise; assim, não seria possível distingui-la de organizações sociais.

Entretanto, um dos pontos de destaque ao longo da história é que “a cultura não é unicamente aquilo que vivemos. Ela também é, em grande medida, aquilo para o que vivemos” (EAGLETON, 2011, p. 184). Dessa forma, observa-se que a cultura vai além de cartas de direitos humanos e tratados de comércio, o termo também leva em consideração para sua conceituação o que nos atravessa em nosso cotidiano (EAGLETON, 2011).

O problema relacionado à prática do estupro se agrava quando ela é legitimada por modelos sociais moldados e atribuídos à força pelos processos “civilizatórios”. Tal legitimação e normalização inauguram, assim, a sua “cultura” (CAMPOS, 2016). Portanto, podemos denominar a cultura do estupro como um “conjunto de violências simbólicas que viabilizam a legitimação, a tolerância e o estímulo à violação sexual” (SOUSA, 2017, p. 13).

No Brasil, a definição do crime de estupro, de acordo com o Art. 213 da Lei 12.015, de 07 de agosto de 2009, se dá por “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” (BRASIL, 2009, np). Ressalta-se que, anterior a esta legislação de 2009, os atos libidinosos como o sexo anal e oral forçado, o tocar invasivo, penetração com uso de objetos ou com os dedos e demais ações violentas enquadradas neste termo estavam em outra categoria, o chamado “atentado violento ao pudor” (ARAÚJO, 2020).

Esse tipo de crime repercute na saúde e na qualidade de vida das vítimas. Neste aspecto, destacam-se a crescente taxa de suicídio, a dependência de álcool e outras drogas, cefaléia crônica,

distúrbios gastrointestinais, sofrimento mental, altos índices de infecções sexualmente transmissíveis, doenças pélvicas crônicas e/ou inflamatórias e gestação indesejada (BRASIL, 2012).

A Terapia Ocupacional, que é uma Ciência que busca compreender e modificar o cotidiano, as subjetividades e as ocupações dos indivíduos, pode contribuir no que diz respeito às construções de gênero. Por meio das ocupações, reproduz-se, ou não, modelos sexistas e fundamentados no patriarcado que impactam a maneira a qual os sujeitos se ocupam, visto que o ser é fundamentado em suas relações imersas em sistemas socioeconômicos, culturais e históricos que influenciam suas ocupações e atividades humanas (GOMES, 2021).

O campo de conhecimento e prática da profissão se relaciona à produção de relações grupais diversas, assim como ao olhar crítico e ao dinamismo no cotidiano como forma de garantir inclusão e participação social, prática da autonomia, acesso a direitos, mudança dos corpos e do viver, com base no entendimento das subjetividades. Portanto, a Terapia Ocupacional destaca-se pela potencialidade de questionar e modificar estruturas que engessam os sistemas de poder, promovendo desigualdades, opressões e exclusão. Assim, a atuação do terapeuta ocupacional conduz práticas que, apesar de ainda estarem atreladas a teorias e crenças ocidentais e hegemônicas, em sua maioria, buscam “compreender o que esses sistemas produzem, como estratégia para uma prática livre das opressões” (GOMES, 2021, p. 18).

Assim, dentre os profissionais da área social, da educação e da saúde, o terapeuta ocupacional se apresenta qualificado para atuar no que diz respeito às demandas advindas de vivências violentas, pois tem por objetivo promover o engajamento do indivíduo nas ocupações, através da participação em variados contextos, sejam eles o cultural, o social, o espiritual e outros (CÔRTEZ; GONTIJO; ALVES, 2011).

Portanto, com base nos pressupostos apresentados e em suas repercussões em campos variados do viver, este artigo descreve uma pesquisa qualitativa que focou na compreensão de jovens universitárias de um Curso de Graduação em Terapia Ocupacional sobre a cultura do estupro e suas implicações sobre as ocupações de mulheres.

1. Método

A presente investigação é de natureza qualitativa, do tipo cartográfica. A metodologia qualitativa possibilita que pesquisadores consigam uma compreensão extensa e complexa dos fenômenos, emergindo da profundidade dos sentidos (SILVA *et al.*, 2018).

O método cartográfico é tido como uma proposta de investigação dos processos de produção da subjetividade, acompanhando as possíveis movimentações mais do que se fechando em estruturas e estados de coisas. A cartografia não propõe um direcionamento a objetivos já traçados, mas um caminhar que flexibiliza suas metas durante o percurso. Assim, o rigor científico entra em ressignificação sendo compreendido como compromisso e interesse, além de uma implicação na realidade, em forma de intervenção (LIBERMAN; LIMA, 2015).

Passos, Kastrup e Escóssia (2015) destacam a presença da processualidade em cada fase da pesquisa cartográfica, seja nos avanços, nas pausas, em campo, por meio da escrita e/ou em nós, já que a todo tempo estamos em construção. Os autores ainda discorrem que o método em questão não tem por objetivo isolar o objeto de suas vivências históricas ou de seus atravessamentos com o mundo. Seu principal objetivo é “desenhar a rede de forças à qual o

objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas modulações e de seu movimento permanente” (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015, p. 57).

Participaram desta pesquisa 8 acadêmicas da Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade do Estado do Pará (UEPA), do 2º, 4º e 5º ano, com idades entre 19 e 23 anos. A coleta de dados foi realizada inicialmente de modo *online*, via *Google Forms*, a fim de realizar o primeiro contato com as participantes, por meio do número de telefone preenchido pelas que demonstraram interesse em participar da pesquisa após chamada em redes sociais. A segunda etapa foi realizada de modo presencial, através da formação de um grupo focal que se reuniu em 3 encontros no Laboratório de Motricidade Humana, vinculado ao Departamento de Terapia Ocupacional da UEPA.

Os encontros contaram com atividades reflexivas acerca da temática, dinâmicas de grupo para fortalecimento de vínculo, uso de vídeos informativos e reflexivos, debates e rodas de conversa através de palavras-chave, frases e reportagens.

A análise dos dados se deu de modo qualitativo com base na visão cartográfica, permitindo à pesquisadora principal considerar suas afetações durante a problematização e contextualização da realidade a ser estudada. Após a transcrição dos relatos, foi realizada uma aproximação das narrativas junto ao diário de campo, construindo unidades temáticas de modo que a grande pergunta acerca da relação entre a cultura do estupro, ocupações e mulheres fosse respondida em conexão com a literatura atual sobre o tema, a fim de cartografar a percepção de acadêmicas de Terapia Ocupacional sobre as possíveis relações entre a cultura do estupro e as ocupações de mulheres.

A escolha do pseudônimo, para resguardar a preservação da identidade das participantes, se deu com base na série “O Conto da Aia”, inspirada no livro de Margaret Atwood, que se passa em um mundo distópico, onde as mulheres não possuem mais direitos e são categorizadas em funções específicas para o Estado, dentre elas a de Aia, exercida por mulheres férteis que são separadas, “treinadas” e entregues a comandantes da República de Gilead, onde são tratadas como meras “reprodutoras”, obrigando-as a fazer sexo até engravidarem. Assim, foram escolhidos, de forma aleatória, os nomes: June, Janine, Esther, Moira, Lillie, Alma, Natalie e Emily. Nomes das personagens (Aias) na série.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) da UEPA, sob o parecer de número 5.613.695.

2. Resultados e Discussão

2.1. Cartografia das Relações entre a Cultura do Estupro e o Cotidiano da Mulher

“Violência por todo mundo, a todo minuto. Por todas nós. Por essa voz que só quer paz. Por todo luto nunca é demais. Desrespeitada, ignorada, assediada, explorada. Mutilada, destrutada, reprimida, explorada. Mas a luz não se apaga. Digo o que sinto. Ninguém me cala”

(*Respeita* - Ana Canãs)

A análise das narrativas apontou um conjunto de desdobramentos que culminaram no levantamento de um grande quantitativo de nuances que geraram muitas unidades acerca da

temática central. Tomou-se então, como ponto de partida para a análise de dados, o questionamento: “de onde parte a cultura do estupro no cotidiano da mulher?”. Destacando-se, portanto, o ponto de partida dos debates no primeiro dia de grupo: a violência.

Mundialmente, a violência se constitui como um problema de saúde pública e violação dos direitos humanos, principalmente de mulheres. No Brasil, a violência contra as mulheres se pauta em um construto histórico-cultural, patriarcal e androcêntrico, que provoca uma desigualdade de gênero cujo reflexo se dá na diminuição da mulher em detrimento ao homem, gerando a imersão da mulher em situações ou estados de vulnerabilidade (SOUZA *et al.*, 2021).

Acerca disso, o Fórum Brasileiro de Segurança – uma organização sem fins lucrativos que visa reunir e analisar dados da violência –, através do Anuário Brasileiro de Segurança Pública e, com base nas informações fornecidas pelas Secretarias de Segurança Pública Estaduais, pelas Polícias Cíveis e Militares, dentre outras fontes oficiais, divulgou um relatório contendo o número de 60.460 casos de estupro registrados no país no ano de 2020 (FÓRUM, 2021).

Os dados divulgados pela mesma organização no ano em que explodiu o contágio por COVID-19, apesar de serem alarmantes, apontam que a pandemia pode ter contribuído para a redução dos registros, mas não necessariamente pode significar a diminuição da incidência, visto que os crimes de violência sexual apresentam altas taxas de subnotificações, o que, somado à escassez de periodicidade das pesquisas, torna dificultosa a mensuração fidedigna das informações. Nesta pesquisa, foram registradas 73,7% das vítimas como vulneráveis e incapazes de consentir; 86,9% eram do sexo feminino e em 85,2% dos casos o autor era conhecido da vítima (FÓRUM, 2021).

Em 2021, os casos voltaram a aumentar, atingindo o registro de 66.020 casos de estupro no país. Sobre esse último registro, destacam-se as porcentagens: 75,5% das vítimas eram vulneráveis e/ou incapazes de consentir; 88,2% eram do sexo feminino e em 79,6% dos casos o estuprador era conhecido pela vítima (FÓRUM, 2022).

Os dados entram em consonância com a discussão acerca da questão de o corpo da mulher ser colocado, no curso da História, como passível de dominação, subjugação e roubo, principalmente em relação a sua própria sexualidade. É notório destacar que, historicamente, o leque de violências que as mulheres sofrem é múltiplo e se repete ao longo do tempo, o que muda é a forma como se encara essa situação e o que a sociedade e a mulher toleram (PERROT, 2019).

Mas, de que forma essas violências se configuram no cotidiano da mulher?

“Muitas vezes, a mulher, ela não tem conhecimento pra entender que foi estupro” (sic) (Emily, Acadêmica do 5º Ano).

“Só depois de um tempo que para pra perceber o que foi que aconteceu ou ‘Ah! Aconteceu isso comigo na rua, mas eu não tinha associado!’” (sic) (Janine, Acadêmica do 4º Ano).

Observa-se que essas falas convergem com as da doutora em Psicologia Forense Scarpati, para uma matéria da BBC Brasil, na qual cita que as vítimas dessa cultura acabam não reconhecendo a violência em seu cotidiano por terem idealizações prévias de como tais atos acontecem, visualizando o estuprador como um monstro, bem como a mulher como a provocadora, em um local afastado e escuro. A pesquisadora destaca que esses são estereótipos chamados de “mitos do estupro”. Portanto, o que destoia desse “padrão” acaba não sendo reconhecido. A pesquisadora cita

ainda que a violência contra a mulher no Brasil se apresenta de uma forma diferente, destacando que as vítimas, normalmente, mostram dificuldade em nomear como violência o que acabaram vivenciando, a exemplo do estupro marital (SCARPATI, 2016).

“Às vezes a pessoa vai ter conhecimento e acha que é porque é namorado, porque é marido, não se trata de estupro [...] a gente vê se perpetuar muito. Principalmente na fala de mulheres que são um pouco mais velhas.” (Emily, Acadêmica do 5º Ano).

“As mulheres ainda precisam passar por tudo isso e ainda ter relação com o marido, [...] porque [muitas vezes] eles que provém tudo que está dentro da casa e, se ele chega com vontade, a mulher é obrigada a ficar com ele e estar sempre disponível para ele.” (June, Acadêmica do 2º Ano).

Emergem daí questionamentos acerca do que envolve o ato não consensual em um relacionamento conjugal. Negreiros (2021) realça que a difusão do termo “estupro marital” ou “estupro conjugal” começou por volta do início da década de 1990, quando, em 1993, a violência sexual dentro do casamento foi estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma violação aos direitos humanos. A partir dessa narrativa, o que se pode salientar acerca da terminologia em questão?

O estupro marital caracteriza-se como crime sexual cometido por um dos pares, mesmo que o relacionamento esteja consolidado. O ato de coação contra o parceiro com a finalidade de ter relações sexuais não consentidas através de ameaças ou violência emocional e/ou física é o caso mais habitual, mas forçar o sexo enquanto a vítima encontra-se inconsciente, seja dormindo, drogada ou embriagada, também pode ser considerado estupro conjugal. Práticas sexuais com teor mais agressivo, como o sadomasoquismo, posições sexuais que possam ser constrangedoras à parceira, a imposição da realização do ato sexual sem o uso de preservativo ou outros métodos contraceptivos também se enquadram como estupro marital (ROCHA, 2019).

Diante de definições legais, é importante salientar que os casos de estupro ocorrem nos mais variados ambientes, desde becos escuros até dentro do que seria entendido supostamente como um lar seguro. O *modus operandi* dos agressores é diverso e, dependendo de cada caso, destaca-se a ausência de penetração de qualquer natureza em muitos relatos, visto que acontecem devido a variados motivos em relação ao próprio agressor e contexto em que se encontra (SOUSA, 2017).

Portanto, conclui-se que o abuso chega de diversas formas às mulheres. Em posição de destaque nos encontros com as participantes, enfatiza-se o olhar:

“Tem olhares que são muito invasivos” (Emily, Acadêmica do 5º Ano).

“Quanto que até um olhar é uma forma de violência, né? E quanto que é constrangedor? Porque tu sabes a diferença de um olhar normal e um olhar violento, [...] observando os detalhes do teu corpo. É como se a gente se sentisse invadido. Eu acho que invadem, como se tivesse tocando...” (sic) (Moira, Acadêmica do 5º Ano).

A respeito do olhar, entendemos este como um fenômeno multidimensional. Faz-se então a necessidade de nos aprofundarmos nas sutilezas do que o rege através da vertente fenomenológica, da qual compactuamos. Merleau-Ponty (2019) afirma que, no aprofundamento das questões que

envolvem o ser vidente e o visível, ver é como “apalpar pelo olhar”, o que dialoga com o constatar *versus* o possuir, realçando que o ver não é indicativo de possessão, mas o olhar pode desnudar o corpo do outrem para contemplar o objeto desejado.

Imersa na cultura do estupro, a visão da corporeidade feminina restringe-se ao objeto de desejo do homem, assim, sua exibição fomenta a errônea ideia de que é um passe ao livre acesso de si por parte dos homens. Dentro da sociedade patriarcal, a discrição que as mulheres devem ter sobre seus corpos é diariamente lembrada, ao passo que quando mulheres não são “discretas”, são consideradas palco de algo obsceno e vulgar (TILIO *et al.*, 2021).

Embora sejam vítimas, parte do corpo social imprime a elas a culpa por atos que nunca cometeram (ALMEIDA; FIDALGO, 2021), contribuindo, assim, com o fortalecimento do próximo tópico levantado em debate em todos os encontros da pesquisa: a culpabilização.

“Às vezes a gente se culpa também ‘é porque eu tava com essa calça! É porque eu tava com esse short!” (sic) (Janine, Acadêmica do 2º Ano).

“Ou às vezes, quando a gente nem sabe o que foi que a gente fez para que aquilo tivesse acontecido, a gente fica se questionando, mesmo sabendo que não fez absolutamente nada daquilo, a gente se questiona” (Alma, Acadêmica do 4º Ano).

Partiremos, neste ponto, para a análise das falas expressas acima a partir do entendimento da culpa que advém da violência sexual. Na literatura, encontramos que, ao processo de culpabilização da vítima, foi cunhado o termo *Victim Blaming*, que serviu para atribuir a culpa da pobreza aos pobres em uma pesquisa sobre as minorias étnicas dos Estados Unidos, mas que também pode ser relacionado ao crime de estupro, levando em consideração o modo de agir das vítimas e como os estupradores o utilizam, a fim de evitar a aplicabilidade de penas (ALMEIDA; FIDALGO, 2021).

Este processo começa quando a sociedade que se encontra imersa na cultura machista e violenta tem como necessidade a busca de justificativas para o abuso, que pode ser configurada como ação oriunda da desigualdade de gênero. Seguindo essa ótica, atribui-se à vítima a responsabilidade do abuso. Entra em julgamento não apenas os atos pontuais da violência que sofreu, mas, além disso, é somada à balança da culpa outras vivências da mulher, bem como sua moral perante a sociedade em que está inserida (FRANÇA; ANDRADE; CAVALCANTE, 2022).

Importante destacar que o ato de atribuir culpa às mulheres, legitimado pelo ideal patriarcal, vem do *locus* privilegiado de violência contra elas, criado pela dominância masculina, destinando ao lar um espaço de manutenção do funcionamento esperado da família e sociedade. Foi imposto às mulheres uma moral repressiva que atrelou a honestidade com conduta sexual, então, quando se comportavam fora do padrão previsto, violá-las era tido como ato disciplinar (LAGE; NADER, 2018).

Essa visão de “comportamento ideal”, constatada através dos Códigos Penais do Brasil, permaneceu até a metade do século XX, quando as vozes feministas trouxeram aos debates a vulnerabilidade a que as mulheres estavam submetidas, bem como a legitimidade que impunham sobre as violências que sofriam (LAGE; NADER, 2018). Todavia, ainda encontramos vestígios históricos de julgamentos e questionamentos à vítima, pois, como destacam as participantes:

“Não importa o que aconteça, qual seja a escolha, a pessoa tá errada, né? A mulher tá errada de fazer, não interessa qual posicionamento ela tome e não interessa a vida dela” (sic)

(Esther, Acadêmica do 2º Ano).

“Nos olhos da sociedade mulheres são culpadas; denunciando ou não, abortando ou não, doando [A CRLANÇA] ou não” (sic) (Moira, Acadêmica do 5º Ano).

Esse sentimento de culpa surgiu de maneira intensa nas falas e nos/pelos corpos das participantes da pesquisa em todos os encontros. Falar sobre ser mulher, sobre o que vivem e encontram em seu dia a dia, em seus cotidianos, é colocar em destaque o julgamento do corpo social, onde estão inseridas, e ainda a respeito dos seus pensamentos e memórias corporais.

Dessa forma, ao traçar um paralelo com a violência constante que a mulher sofre, Nascimento (2018) atesta que a vítima tem seu cotidiano impactado diretamente por esses atos, que contribuem com a perpetuação do medo demonstrado e observado física e/ou psicologicamente, assim como modificações aparentes em seus papéis ocupacionais, evidenciadas através de instabilidade laboral, dificuldade na realização de tarefas domésticas e em sua rotina familiar. Tais inferências acerca do cotidiano da vítima da cultura do estupro estão expressas na fala desta participante:

“A gente não tá segura em lugar nenhum, seja médico, seja dentro de casa, porque existem vários casos de abuso que é dentro da própria família, dentro da igreja [...]” (sic) (Esther, Acadêmica do 2º Ano).

Por conseguinte, observa-se que as ocupações das mulheres são influenciadas constantemente pela cultura do estupro em seus cotidianos, visto que elas nunca estarão completamente imersas em uma atividade por elevar seu nível de atenção às violências ao seu redor, sempre se doando parcialmente de forma consciente e/ou inconsciente, pois, como debatido nesta unidade, não existe um local, forma, motivo, data e pessoa/personalidade concreta que vá desencadear a violência sobre as mulheres, sendo qualquer ambiente passível desta ocorrência.

2.2. Cartografia das Relações entre Ciência da Ocupação, Cultura do Estupro e Ocupações de Mulheres

No Brasil, dentre os estudos acerca da produção de conhecimento da Terapia Ocupacional, encontram-se ensaios e pesquisas dedicadas às discussões a respeito do termo “ocupação”. Para a presente discussão, nos basearemos no termo advindo de reflexões a partir da Ciência da Ocupação (CO).

É notório que, nas últimas décadas, o desenvolvimento da Terapia Ocupacional se potencializou através de estudos advindos da CO e o fácil acesso a esse conhecimento potencializado pelo processo de globalização (QUEIROZ; CASTRO; JARA, 2021).

Na proposta do início dos anos 90, a CO seria “uma disciplina básica dedicada ao estudo do homem como ser ocupacional” (SILVA, 2015, p. 19), destinada à sistematização do conhecimento acerca das ocupações dos seres humanos e suas relações com saúde, bem-estar e participação social.

A CO estuda o “ser ocupacional” ligado às atividades em período integral, mas a reflexão conceitual acerca das ocupações extrapola a definição simples de estar envolvido em uma atividade, pois elas são bem mais complexas. Pode-se definir ocupação, portanto, como “a síntese do fazer, ser e tornar-se” (SILVA, 2015, p. 21) e relacioná-la com saúde, participação e as formas de viver (SILVA, 2015).

Ademais, entendia-se que essa Ciência estava voltada ao estudo da forma, função e significado de ocupações exercidas pelas pessoas. Mas essa era uma perspectiva que não supria os questionamentos que foram surgindo ao longo do tempo, especialmente na América Latina, onde notamos uma representação da CO em uma perspectiva menos dicotômica com a Terapia Ocupacional e em oposição à visão anglófona, então, incorporou-se aos debates outras características de estudo sobre as ocupações. (SILVA, 2015; QUEIROZ; CASTRO; JARA, 2021).

No Brasil, encontramos nas recentes publicações sobre os estudos da ocupação, que se sobressaem algumas características nos debates sobre atividade e ocupação, bem como no entendimento clássico de forma, função e significado atrelados à ocupação e diálogos sobre transnacionalismo, que surge como crítica sobre a perspectiva de engessamento a respeito da subjetividade como algo individualizado e trazendo ao debate a necessidade de compreender a ocupação como parte de um contexto considerando aspectos culturais e históricos (QUEIROZ; CASTRO; JARA, 2021).

A CO atualmente se constitui através de um movimento global, diversificado e descentralizado. A partir desse processo de expansão crítica sobre esta Ciência, levantou-se diversos questionamentos sobre seu fundamento e crescimento. Assim, sob uma ótica decolonial e feminista, encontramos críticas sobre como o conhecimento dominante foi transmitido, em que se destacam: a língua inglesa, a raça branca, as classes detentoras dos maiores bens, o padrão normativo e a preferência religiosa judaico-cristã (QUEIROZ; CASTRO; JARA, 2021).

Tais destaques ajudaram na construção de conhecimentos descontextualizados e neoliberais com o direcionamento ao favorecimento do individualismo, competição, produtividade e um viés egocêntrico (QUEIROZ; CASTRO; JARA, 2021). Portanto, podemos observar que há ainda a necessidade de estudos críticos sobre os conhecimentos atuais acerca da CO, principalmente no que diz respeito aos contextos sociais, históricos e culturais, a fim de entender não apenas a existência da complexidade das ocupações, mas também colocar em debate o “como”, “onde”, “por que” e o “para quê?” desta que cerca e transpassa a vida.

A partir dessa ótica, o ponto principal de todos os encontros era compreender, através das dinâmicas e discussões, a relação entre cultura do estupro e ocupações de mulheres.

“[...] quanto de coisas que a gente deixa de fazer por causa da cultura do estupro, né? Porque existem situações que são tão normalizadas que a gente precisa mudar o que a gente quer pra não sofrer os riscos, e as consequências dessa cultura. Essas situações da cultura do estupro nos faz não desempenhar nossas ocupações da forma que deveria ser desempenhadas.”
(sic) (Moirá, Acadêmica do 5º Ano).

A fim de somar com a discussão, a quarta edição do Enquadramento da Prática da Terapia Ocupacional: Domínio e Processo (EPTO-4) aborda o conceito de “ocupação” como termo em evidência para a “saúde, identidade e sentido de competência de um cliente (pessoa, grupo ou população)” (GOMES; TEIXEIRA; RIBEIRO, 2021, p. 9) com significado e valor particular para o indivíduo em sua vida diária, além de poder envolver a execução de atividades diversas e a produção de inúmeros resultados.

O EPTO-4, ainda, categoriza as ocupações em nove grandes categorias: Atividades de Vida Diária (AVDs), Atividades de Vida Diária Instrumentais (AVDIs), Gestão da Saúde, Descanso e Sono, Educação, Trabalho, Brincar/Jogar, Lazer e Participação Social, nas quais ainda se observam variadas especificidades (GOMES; TEIXEIRA; RIBEIRO, 2021).

As áreas mais abordadas durante os encontros, ao pensar nas principais ocupações das mulheres, levantadas pelas acadêmicas de forma direta ou indireta foram: AVDs, Descanso e Sono, Trabalho, Lazer, Participação Social e Gestão da Saúde.

Acerca da primeira área citada, destaca-se a seguinte fala:

“Acho que quando a gente passa por situações de abuso ou de assédio, a gente leva uma rejeição muito grande do nosso próprio corpo, então nosso autocuidado querendo ou não ele fica em segundo plano.” (sic) (Esther, Acadêmica do 2º Ano).

As Atividades de Vida Diária envolvem atividades de cuidado com o corpo, realizadas através da rotina do indivíduo, e dentre elas existem as atividades de cuidados pessoais (GOMES; TEIXEIRA; RIBEIRO, 2021).

As atividades de vida diária e a forma como são realizadas, priorizadas ou preteridas, diz do sujeito, do momento em que vive e da maneira que é impactado pelo que lhe atravessa, como a cultura do estupro e seus “tentáculos”.

Na fala acima destacada, surge uma nuance do impacto do assédio sobre os autocuidados, que é abandonar ou postergar essa prática que é tão importante no cotidiano de qualquer pessoa. Entretanto, a repercussão sobre o corpo vai muito além dos autocuidados, reflete também na maneira de se ver, na autoestima, na forma de se vestir, na sensação de adequação ou inadequação, o que provoca implicações sobre a rotina, o cotidiano, a qualidade de vida e a saúde mental.

Nesse sentido, o cotidiano, do qual as AVDs são como um símbolo, é compreendido como “lugar de construção histórica e social, onde se estabelece a relação concreta e tensa entre necessidades e possibilidades e onde se realiza a atividade prática para efetivação dos processos de transformação do homem e sua realidade” (FERRIOTI, 2013, p.63), e não está isento de ser afetado pela violência e suas modulações, longe disso. É justamente onde o cotidiano se concretiza que os primeiros impactos se fazem notar.

Acerca da Ocupação Trabalho, destacamos o seguinte excerto:

“[...] algumas vezes, no nosso trabalho a gente passa, por momentos assim, de assédio, [...] Então, no momento do trabalho, em qualquer horário, com ou sem alguém a gente sempre tá sofrendo né assédio” (sic) (Janine, Acadêmica do 2º Ano).

A relação entre trabalho e violência materializa-se, principalmente, pela infração de princípios fundamentais e direitos, sendo uma preocupação e campo de intervenção da Saúde do Trabalhador.

Quando o relato acima refere assédio no ambiente de trabalho, consideramos desde pedidos de favores sexuais pelo superior hierárquico com promessa de tratamento diferenciado em caso de aceitação; ameaças ou atitudes concretas de punição no caso de recusa, como a perda do emprego ou de benefícios; abuso verbal ou comentário sexista sobre a aparência física; frases ofensivas ou de duplo sentido; alusões grosseiras, humilhantes ou embaraçosas; perguntas indiscretas sobre a vida privada do trabalhador; elogios atrevidos; convites insistentes para almoços ou jantares; insinuações sexuais inconvenientes e ofensivas; solicitação de relações íntimas ou outro tipo de conduta de natureza sexual, mediante promessas de benefícios e recompensas; exibição de material pornográfico, como o envio de e-mail aos subordinados; pedidos para que os subordinados se vistam de maneira

mais provocante ou sensual; intenção de valer-se do posto funcional como um atrativo, ou como instrumento de extorsão de privilégios, ou de vantagens indevidas; até apalpadinhas, fricções ou beliscões deliberados e ofensivos (HIRIGOYEN, 2002).

Todas as formas citadas de assédio em ambiente de trabalho impactam a ocupação trabalho, resultando em prejuízo nas condições de trabalho, adoecimento (incluindo mental), isolamento, atentado contra a dignidade, com sentimento de menos-valia e prejuízo biopsicossocial (OLIVEIRA *et al.*, 2020).

Sobre a ocupação Lazer, duas das participantes relataram:

“[...] dependendo do lugar aonde a gente vai a gente tem um medo de como as pessoas vão olhar para gente então isso acaba influenciando no nosso estilo também.” (sic) (Natalie, Acadêmica do 2º Ano).

“[...] o nosso lazer às vezes é passear né, só que às vezes como eu falei a gente tem esse desconforto, tem horário tudo isso é importante quando você tá em algum passeio, você tem que ter cuidado com a sua vestimenta, tem que ter cuidado com o que tá acontecendo naquele ambiente.” (sic) (Emily, Acadêmica do 5º Ano).

O Lazer deveria ser uma atividade que se pratica nas horas vagas, com sentido de divertimento, sendo uma atividade agradável ou prazerosa, podendo ser praticada em momento de descanso ou de entretenimento, podendo ser vivenciada também enquanto folga. Obviamente que esta descrição não dialoga com as tensões e preocupações narradas nos excertos acima.

A prática do Lazer pode ser limitada pela falta de tempo, dinheiro ou recursos, mas nos dias atuais sua necessidade se mostra cada vez mais presente, independente da função que exerce na vida das pessoas.

Segundo Dumazedier (2004), o Lazer pode apresentar três funções na vida das pessoas: função de descanso; função de divertimento; função de desenvolvimento. O descanso liberta da fadiga. Nesse sentido, o Lazer funciona como um reparador dos desgastes físicos, mentais e emocionais, provocados pelas tensões das obrigações diárias e particularmente do trabalho (DUMAZEDIER, 2004). Esta função já apresenta a dimensão delicada quando a cultura do estupro e a violência em si, repercutem sobre as escolhas ocupacionais relacionadas ao Lazer, já que limitam vivências, engessam escolhas e restringem as experiências por conta do medo que causam.

O Lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode integrar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para se divertir, ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade de desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, 2004). Além disso, pode despertar novas formas de sociabilidade e de agrupamentos, muitas vezes associadas a atividades culturais e artísticas.

Para a Terapia Ocupacional, a ocupação Descanso se difere da ocupação Lazer, embora alguns pesquisadores do campo do Lazer façam uma associação entre descanso e Lazer, onde o primeiro seria uma das funções do segundo. Nesta unidade temática discutimos a ocupação Descanso e Sono de acordo com as premissas do Enquadramento da Prática da Terapia Ocupacional: Domínio e Processo (EPTO-4) (GOMES; TEIXEIRA; RIBEIRO, 2021).

Descanso e Sono são funções restaurativas e de suma importância para a manutenção da vida. O EPTO-4 conceitua essa área da ocupação como “atividades relacionadas com a obtenção de descanso restaurador e sono para suportar o envolvimento ativo e saudável noutras ocupações” (GOMES; TEIXEIRA; RIBEIRO, 2021, p. 31), nas quais incluem-se os componentes: descansar, preparação do sono e participação do sono (GOMES; TEIXEIRA; RIBEIRO, 2021).

Sobre a ocupação Descanso e Sono no entendimento da Terapia Ocupacional, uma das participantes trouxe o seguinte relato:

“[...] Acho que a questão do assédio pode interferir no teu sono. Às vezes assim como a gente precisa de um tempo isso pode ser prejudicado pelo ocorrido, da pessoa não conseguir dormir de noite né lembrando.” (sic) (Emily, Acadêmica do 5º Ano).

Qualquer vivência que impacta a qualidade do viver repercutirá, inevitavelmente, sobre o Descanso e Sono, seja alterando a rotina, ou trazendo problemáticas como pesadelos, insônia e outros. Tais questões afetam diversas funções cerebrais que resultam na diminuição da aprendizagem, do desempenho em testes cognitivos e do tempo de reação, além de elevar a probabilidade de convulsões, hipersensibilidade e sintomas depressivos (FEITOSA *et al.*, 2022).

Uma revisão sistemática e metanálise mostrou que os trabalhadores expostos à violência no local de trabalho manifestam problemas relacionados tanto à quantidade do sono quanto à qualidade do mesmo, ou seja, dificuldade em adormecer, interrupções frequentes, insônia e pesadelos (SILVEIRA *et al.*, 2021).

Percebemos que algumas ocupações estão intimamente ligadas a outras, e os impactos da violência também se apresentam intimamente conectados, como observamos nos apontamentos de Silveira *et al.* (2021), quando afirma que a violência no ambiente laboral pode ser considerada um fator estressante e que gera repercussões negativas à vida das pessoas envolvidas, principalmente em regiões marcadas pela incivilidade e vulnerabilidade social, onde o risco ocupacional e os distúrbios no sono tornam-se ainda mais presentes.

As participantes ainda destacaram a violência que as mulheres sofrem durante a Gestão da Saúde, outra área da ocupação diretamente influenciada pela cultura do estupro, destacada pelas falas:

“[...] ou também estou com problema de saúde íntima ou psicológica, mas o meu marido não gosta que eu vá no médico ver coisas relacionadas a isso” então querendo ou não uma forma de privação desse autocuidado.” (sic) (June, Acadêmica do 2º Ano).

“[...] mulheres são estupradas enquanto são internadas, quando vão a ginecologista que sofre algum tipo de assédio, de abuso [...] essa insegurança vai impedindo o nosso cuidado com a gente tipo ir ao médico, questão de várias coisas né.” (sic) (Emily, Acadêmica do 5º Ano).

A ocupação Gestão da Saúde pode ser conceituada como “atividades relacionadas com o desenvolvimento, gestão e manutenção de rotinas de saúde e bem-estar, incluindo autogestão, com o objetivo de melhorar ou manter a saúde para suportar a participação noutras ocupações” (GOMES; TEIXEIRA; RIBEIRO, 2021, p. 31). Ainda colocamos em destaque que a cultura do estupro reverbera negativamente no cotidiano das mulheres de modo que as ações citadas pelas participantes de manter as necessidades de saúde física e mental são modificadas, assim como as escolhas que visem a melhora da qualidade de vida, na qual se inclui a ida a atendimentos de saúde.

Pedrosa e Spink (2011) refletem sobre a urgência em discutir sobre como os sistemas de saúde se organizam quando o assunto é mulheres em situação de violência e sobre o quanto elas estão invisíveis dentro deles. Os autores ressaltam que as abordagens oferecidas às mulheres, especialmente na atenção primária à saúde, podem permitir avanços importantes no desenvolvimento de estratégias para lidar com situações de violência. Essas estratégias podem ajudar a modificar a situação, reduzir ou eliminar a vulnerabilidade à violência e promover a saúde e os direitos civis dessas mulheres.

Outra área de ocupação onde a cultura do estupro se mostrou como fator de influência negativa foi a Participação Social, sobre a qual uma das acadêmicas cita:

“[...] às vezes a gente vai para alguns espaços e deixa de frequentar eles, por que a gente não se identifica naqueles espaços que poderiam ser teus, principalmente os locais que são majoritariamente frequentados pelo sexo masculino, até mesmo cursos da faculdade por exemplo o curso de engenharia é considerado curso para homens né, e aí a gente tem que ter aquele esforço muito grande de fazer parte desses espaços [...] até mesmo dentro da igreja a gente se sente um pouco assim por que a maioria das decisões são tomadas por homens e as vezes tu não considera fazer certas coisas por não acreditar que seja um espaço teu.” (sic) (Esther, Acadêmica do 2º Ano).

A Participação Social apresenta diversos sentidos e significados. Sob a perspectiva latino-americana, ela é encarada como “chave para emancipação e desenvolvimento pessoal e coletivo, no enfrentamento dos processos de exclusão e opressão” (SILVA; OLIVER, 2019, p. 859).

A partir disso, ela pode ser entendida como o envolvimento de indivíduos em comunidades, ou em espaços públicos/comunitários, com o intuito de promover a transformação de cotidianos e vidas marcadas pelos sofrimentos oriundos de doenças, violência, injustiças e opressões (SILVA; OLIVER, 2019).

Dentro do *Enquadramento da Prática da Terapia ocupacional – Domínio e Processo*, documento que fundamenta a prática do terapeuta ocupacional, encontra-se a participação social na perspectiva da ocupação e sendo definida como “atividades que envolvem interação social com outras pessoas, incluindo família, amigos, pares e membros da comunidade, e que apoiam a interdependência social” (GOMES; TEIXEIRA; RIBEIRO, 2021, p. 32).

Silva e Oliver (2022) afirmam que o exercício da Participação Social pode ser considerado como um objetivo terapêutico ocupacional e/ou uma forma para atingir outros resultados, a exemplo do enfrentamento de problemas de ordem coletiva, fortalecimento da cidadania, promoção de saúde e resgate do engajamento ocupacional.

Assim, a dimensão teórico-conceitual e prática da participação social pode ser encarada como uma via “para construir ações e debates em torno da existência, dos problemas ou da falta de possibilidades para ser e fazer e de equidade nas oportunidades de acesso aos direitos ocupacionais, civis, políticos e sociais” (SILVA; OLIVER, 2022, p. 5).

Destarte, com base nas narrativas e nas micro e macro violências que as mulheres sofrem explicitadas, ou silenciadas, ao longo dos anos de suas vidas, podemos inferir que estas refletem diretamente na aquisição e implementação de seus direitos sociais.

Cabe aqui destacar que, em cada tópico discutido, as participantes mostravam-se imersas nas narrativas a ponto de expressarem o desconforto do tema, seja o verbalizando ou demonstrando

corporalmente, por vezes com lágrimas ou com silêncios para retomada de fôlego perdido em momentos que despertavam suas vulnerabilidades, além da rigidez em seus ombros e vozes.

É notório que a cultura do estupro nos envolve e é capaz de nos sufocar até roubar nossa paz, nossa voz, nossos pensamentos e, por vezes, até nossas lutas. Ela atua sistematicamente e de forma contínua, normalizando atos violentos e nos pressionando a também normalizá-los.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se mostra como uma tentativa de aproximação do campo da violência de gênero, do patriarcado, da cultura do estupro, de modo a compreender como estudantes da área da saúde entendem essas conexões e os impactos delas sobre as ocupações femininas.

A partir das discussões que compuseram a produção dos dados, apresentam-se também frestas para pensarmos em estratégias de cuidado a partir de recursos terapêuticos ocupacionais, ainda que esse não seja o objetivo central da pesquisa realizada.

As limitações deste estudo se dão pelo número pequeno de participantes e pelo *locus* da pesquisa abranger apenas uma categoria de estudantes da área da saúde, em uma única instituição pública. Desse modo, recomendamos que pesquisas futuras sobre esta temática possam contar com um número maior de participantes e complexidades.

Os achados não nos permitem generalizações, uma vez que dizem respeito à realidade pequena, recortada no universo pesquisado. Todavia, afirmamos que o conhecimento levantado com a análise dos dados nos permitiu atingir os objetivos construídos.

Os desdobramentos da pesquisa nos permitem compreender mais sobre a culpabilização das vítimas de estupro, que o olhar, mesmo sendo apenas um recorte do comportamento humano, já imprime muito do que o sujeito é e do que acredita, inclusive acerca do patriarcado, e que as tensões acerca da cultura do estupro são sentidas no/pelo corpo mesmo quando apenas no campo dos debates sobre o tema.

Também é resultado da pesquisa a confirmação de que a luta contra a cultura do estupro perpassa pelo racismo, o que imprime mais uma camada de injustiça e de complexidade ao abordarmos este tema.

Neste artigo, não nos ocupamos em discutir narrativas que surgiram acerca das questões de raça e classe em soma às de gênero, bem como o esquadrinhamento da literatura para embasá-las. Entretanto, observamos que a cultura do estupro atinge todas as mulheres e suas ocupações, mas quando se pautavam essas questões de raça e classe nas rodas de conversa, pudemos constatar que atingiam as mulheres negras de forma distinta.

O racismo colabora com os índices elevados de vulnerabilidade entre a população negra, a destacar os sociais: “educação, saúde, renda, cultura, acesso a empregos estáveis, violência ou expectativa de vida” (OLIVEIRA, 2022, p.34), confirmando que esta população é submetida a piores condições de vida (OLIVEIRA, 2022).

Esta realidade nos faz compreender que a luta contra a cultura do estupro deva ser decolonial e antirracista, visando a redução das injustiças que as mulheres sofrem. Recomendamos, todavia, que estas discussões sejam tratadas em outros manuscritos para ser dada a profundidade que requerem.

É importante que a Terapia Ocupacional aprofunde estudos neste campo e produza conhecimento que embase práticas e pesquisas futuras.

“Diversão é um conceito diferente. Onde todas as partes envolvidas consentem. O silêncio é um grito de socorro escondido. Pela alma, pelo corpo, pelo que nunca foi dito. Ninguém viu, ninguém vê, ninguém quer saber. A dor é sua, a culpa não é sua. Mas ninguém vai te dizer. E o cinismo obtuso daquele cara confuso. Mas eu vou esclarecer. **Abuso!**”

(Respeita – Ana Cañas)

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, I. R et al. Violência contra a mulher: estupro marital sobre a análise jurídica. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 7, n. 11, p. 102590-102609, nov. 2021. Disponível em: <<https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/39060>>. Acesso em: 09 dez. 2022.
- ALMEIDA, F; FIDALGO, R. A cultura de culpabilização da vítima no crime de estupro – “As Medusas Contemporâneas”. *Cadernos de Direito*, Piracicaba, v. 20(39): 125-140, jul.-dez. 2021. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/cd/article/download/41704362/2594>>. Acesso em: 11 dez. 2022.
- ANGELIN, R; MARTINS, P. A. M. Cultura, violência e direitos humanos: uma tríade do cenário da violência contra as mulheres no Brasil. *Rev. de Gênero, Sexualidade e Direito*. Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 77–97, 2018. Disponível em: <<https://www.indexlaw.org/index.php/revistagsd/article/view/4861>>. Acesso em: 11 out. 2021.
- ARAÚJO, A. P. *Abuso: a cultura do estupro no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2020.
- BRASIL. *Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009*. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei no 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Brasília, DF, 7 ago. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm>. Acesso em: 30 jan. 2022.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes: norma técnica*. 3. ed. atual. e ampl., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prevencao_agravo_violencia_sexual_mulheres_3ed.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2022.
- CAMPOS, A. A. A cultura do estupro como método perverso de controle nas sociedades patriarcais. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 16, n. 183, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/32937>>. Acesso em: 29 set. 2021.
- CÔRTEZ, C; GONTIJO, D. T; ALVES, H. C. Ações da Terapia Ocupacional para a prevenção da violência com adolescentes: relato de pesquisa. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, v. 22, n. 3 p. 208-215,

set./dez. 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rto/article/view/46384>>. Acesso em: 29 set. 2021.

DUMAZEDIER, J. *Lazer e cultura popular*. 3. Ed. Debates Perspectiva: São Paulo, 2004.

EAGLETON, T. *A ideia de cultura*. Tradução de Sandra Castello Branco. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FARIAS, A. Z et al. Expressões da violência de gênero vivenciadas por terapeutas ocupacionais: narrativas e ações de enfrentamento no cotidiano. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 30, p. e3002. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO22753002>>. Acesso em: 25 jun. 2023

FEITOSA, A. L. X et al. Distúrbios do sono e a sua associação com os sintomas ansiosos e depressivos. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v.8, n.1, p. 1758-1769. 2022. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/download/42411/pdf/106140#:~:text=No%20estudo%20de%20Barros%20et,sintomas%20de%20depress%C3%A3o%20ou%20ansiedade>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

FERIOTTI, M. L. Construção de identidade(s) em terapia ocupacional no contexto das transformações paradigmáticas da saúde e da ciência. In PÁDUA, E. M. M. e FERIOTTI, M. L. (Orgs.). *Terapia ocupacional e complexidade: práticas multidimensionais*. Curitiba: CRV, p.43-70. 2013.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *15º Anuário brasileiro de segurança pública*. 2021. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v6-bx.pdf.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2021.

_____. *16º Anuário brasileiro de segurança pública*. 2022. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>>. Acesso em: 29 dez. 2022.

FRANÇA, H. B. R; ANDRADE, Y. I. F; CAVALCANTE, G. A. M. *Crimes sexuais: uma análise sobre a culpabilização da vítima*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito). Ânima Educação. 2022. Disponível em: <<https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/22699>>. Acesso em: 11 dez. 2022.

GOMES, D.; TEIXEIRA, L.; RIBEIRO, J. *Enquadramento da Prática da Terapia Ocupacional: Domínio & Processo 4ª Edição*. Versão Portuguesa de Occupational Therapy Practice Framework: Domain and Process 4th Edition (AOTA - 2020). Politécnico de Leiria. 2021.

GOMES, F. D. *Por uma terapia ocupacional não opressora: percepções e experiências de terapeutas ocupacionais sobre papéis sociais de gênero e suas práticas profissionais*. (Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso). Departamento de Terapia Ocupacional (DTO), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14510>>. Acesso em: 13 fev. 2022.

HIRIGOYEN, M. F. *Assédio moral: a violência perversa no cotidiano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

KUPER, A. *Cultura: a visão dos antropólogos*. Tradução de Mirtes Frange de Oliveira Pinheiros. Bauru, SP: EDUSC. 2002.

LAGER, L.; NADER, M. B. Da legitimação à condenação social. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M.(Org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. 1ª. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto. 2018.

LIBERMAN, F.; LIMA, E. M. F. A. Um corpo cartógrafo. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*.

2015. Disponível em: =<<https://www.scielo.br/j/icse/a/MWxPQ5YZH9FgTtDv5GNZ3Fr/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 28 set. 2021.

MERLEAU-PONTY, M. *O visível e o invisível*. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva. 2019.

NASCIMENTO, J. S. *Violência contra a mulher e a ruptura de seus papéis ocupacionais*. (Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso). Curso de Graduação em Terapia Ocupacional, Universidade de Brasília, Brasília. 2018. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/23900/1/2018_JoycedaSilvaNascimento_tcc.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2022.

NEGREIROS, A. *A vida nunca mais será a mesma: cultura da violência e estupro no Brasil*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Objetiva. 2021.

OLIVEIRA, J. R. “*Você nem tá com tanta dor assim*”: o racismo na atenção à saúde reprodutiva das mulheres negras do Distrito Federal. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília. 2022. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/43975/1/2022_JulianaRibeiroOliveira.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2022.

OLIVEIRA, R. T.; et al. *Violência, discriminação e assédio no trabalho*. Florianópolis, SC: Lagoa Editora, 2020.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L (Org.). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-Intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina. 2015. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio_turra/MINI%20CURSO%20RAFAEL%20ESTRADA/PISTAS%20DO%20M%20TODO%20DA%20CARTOGRAFIA.pdf#page=17>. Acesso em: 28 set. 2021.

PEDROSA, C. M.; SPINK, M. J. P. A Violência Contra Mulher no Cotidiano dos Serviços de Saúde: desafios para a formação médica. *Saúde Soc. São Paulo*, v.20, n.1, p.124-135. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/HH7V7gvC4kY9b4gmFBnPrmr/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

PERROT, M. *Minha História das Mulheres*. 2ª ed. Tradução Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2019.

QUEIROZ, A. G; CASTRO, L. C. R; JARA, R. M. Ciência ocupacional: perspectivas gerais e propostas para a América Latina. In: VAN PETTEN, A. M. V. N.; CARDOSO, A. A.; BRITO, C. M. D (Org.). *Estudos da Ocupação: desafios e possibilidades*. Jundiaí-SP: Paco Editorial. 2021.

RESPEITA. Intérprete: Ana Cañas. Compositora: Ana Cañas. IN: *Mulheres no poder*. Intérprete: Ana Cañas. Rio de Janeiro: Som Livre, 2008. Faixa 1(2:50).

ROCHA, F. Estupro marital: conjunção carnal forçada. *Conteúdo Jurídico*, Brasília-DF. 2019. Disponível em: <<https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/52880/estupro-marital-conjuncao-carnal-forcada>>. Acesso em: 11 dez 2022.

SCARPATI, A. S. Cultura machista faz com que vítimas de estupro não reconheçam violência, diz psicóloga. Entrevista concedida a Camilla Costa. *BBC News Brasil*. São Paulo. 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36402034>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

SILVA, A. C. C; OLIVER, F. C. A participação social como um caminho possível para a justiça social e ocupacional. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, [S. l.], v. 30, n. spe, p. e3081. 2022. Disponível em: <<https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/3081>>. Acesso em: 27 jun. 2023.

SILVA, R. M et al (Orgs.). *Estudos qualitativos: enfoques teóricos e técnicas de coletas de informações*. Sobral: Edições UVA. 2018. Disponível em: <<https://portais.univasf.edu.br/medicina-pa/pesquisa/pro>>

[ducao-cientifica/experiencias-qualitativas-ebook/@@download/file/Experiencias%20qualitativas%20ebook%20\(versa%CC%83o%20final\).pdf](#)>. Acesso em: 22 ago. 2021.

SILVA, S. M. A. F. *Engajamento ocupacional de acadêmicos e sua percepção sobre o equilíbrio ocupacional*. (Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso). Departamento de Terapia Ocupacional, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB. 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/1717>>. Acesso em: 07 dez. 2022.

SILVEIRA, F. B. C. A et al. Associação entre a violência comunitária e no local de trabalho e a qualidade do sono de profissionais da saúde: estudo transversal. *Ciência & Saúde Coletiva [online]*. v. 26, n. 5, 2021, pp. 1647-1656. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232021265.04522021>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

SOUSA, R. F. de. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. *Revista Estudos Feministas*. v. 25, n. 1. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/6pdm53s-ryMYcjrFQr9HNcnS/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 29 set. 2021.

SOUZA, M. A. R. de; et al. Percepção das mulheres em situação de violência sobre o apoio formal: scoping review. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*. v. 25, n. 2. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ean/a/TKrgJV6ty7Z6JYGKkyVjjYG/?lang=pt#>>. Acesso em: 29 set. 2021.

TILIO, R et al. Corpo feminino e violência de gênero: uma análise do documentário “chega de fiu fiu”. *Psicologia & Sociedade*. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/wWtLhj-QP3hRQC5hDt6Pz7qq/#>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

TYLOR, E. B. *Primitive Culture: researches into the development of mythology, philosophy, religion, art, and custom*. 6. ed. London: Murray. 1920.